



Fórum de C&T alerta para situação orçamentária e cobra medidas para fortalecer pesquisa no MCTI

A situação orçamentária do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), das unidades de pesquisa e das entidades vinculadas esteve entre as principais preocupações apresentadas pelo Fórum de C&T durante reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente do ministério, realizada no dia 19 de agosto. As entidades também voltaram a questionar as mudanças promovidas no Programa de Capacitação Institucional (PCI) e seus impactos sobre pesquisas e bolsistas.

Na reunião, representantes dos trabalhadores alertaram para as dificuldades financeiras enfrentadas pelas estruturas do MCTI e cobraram medidas que assegurem o funcionamento das instituições.

Segundo informações apresentadas pela representação do governo, cerca de R\$ 350 milhões foram descontingenciados no mês anterior e integralmente destinados pelo MCTI às unidades de pesquisa. Os recursos dão maior segurança para os próximos meses, mas, conforme relatado na mesa, ainda não garantem que todas as instituições consigam

chegar ao fim do ano com recursos suficientes para seu funcionamento.

O MCTI atribuiu as restrições a decisões de caráter macroeconômico tomadas no âmbito da Junta de Execução Orçamentária, que reúne representantes dos ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, além da Casa Civil.

Durante a negociação, o Fórum de C&T defendeu a necessidade de ampliar a pressão dentro do governo pela preservação do orçamento destinado à ciência e tecnologia. As entidades também se colocaram à disposição para atuar conjuntamente em defesa de mais recursos e informaram que vêm realizando reuniões com lideranças de diferentes campos no Congresso Nacional.

O Fórum voltou ainda a defender, diante das dificuldades atuais, a utilização excepcional de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para assegurar o funcionamento do sistema ligado ao MCTI neste ano.

Entidades questionam mudanças no PCI

Outro ponto de preocupação foi o novo formato do Programa de Capacitação Institucional, após a divulgação, pelo CNPq, do resultado do edital.

De acordo com a avaliação apresentada pelo Fórum, houve forte redução do número de bolsas, com consequências para pesquisas que já estavam em andamento nas unidades e o desligamento de centenas de bolsistas.

As entidades também apontaram falta de clareza nos critérios utilizados para comparar projetos de áreas distintas, ausência de aderência prévia entre projetos aprovados e metas institucionais e uma mudança na distribuição do programa, com redução de sua presença nas unidades de pesquisa e aumento da execução em organizações sociais.

Diante dos questionamentos, representantes do Fórum afirmaram que irão elaborar um diagnóstico sobre o PCI em seu novo formato. O documento deverá ser apresentado ao MCTI e ao CNPq com o objetivo de reabrir o debate sobre o programa.

As entidades que integram o Fórum de C&T permanecem em alerta diante da situação orçamentária e dos impactos das mudanças no PCI. A avaliação é de que poderão ser necessárias novas ações de mobilização e diálogo com a sociedade em defesa das instituições, das pesquisas e da estrutura pública de ciência e tecnologia.

Entidades defendem carreiras de C&T e maior participação dos servidores nas decisões



A defesa das carreiras de ciência e tecnologia e a participação dos trabalhadores nas decisões sobre sua estrutura também estiveram no centro da reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente do MCTI, realizada em 19 de agosto. O Fórum de C&T cobrou posicionamento do ministério sobre o Projeto de Lei 3102/22 e apresentou propostas para o grupo de trabalho que discutirá a reativação do Conselho do Plano de Carreiras de C&T.

Em relação ao PL 3102/22, as entidades voltaram a manifestar posição contrária à inclusão dos hospitais federais do Rio de Janeiro no Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia.

Para o Fórum, uma alteração dessa dimensão não deve ocorrer sem debate técnico e sem participação das categorias envolvidas. As entidades avaliam ainda que a medida pode descaracterizar as carreiras de C&T e trazer consequências para futuras negociações dos trabalhadores.

Durante a mesa, representantes do governo informaram que o MCTI já comunicou a outras instâncias governamentais sua posição contrária à proposta. Também foi sugerida uma atuação conjunta do movimento sindical e da assessoria parlamentar do ministério junto a deputados e senadores.

O Fórum informou que reforçará a interlocução com parlamentares de diferentes bancadas para tratar do tema.

Conselho do Plano de Carreiras

A reunião também discutiu a Portaria SEXEC/MCTI nº 10.276/2026, que cria um grupo de trabalho para tratar da reativação do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia. O Fórum considera desejável a retomada do conselho. As carreiras de C&T têm caráter transversal e, conforme o relatório apresentado pelas entidades, estão presentes em oito ministérios e mais de 30 órgãos, reunindo profissionais e atividades bastante diferentes.

Segundo representantes do governo, o objetivo do grupo de trabalho é elaborar, a partir do MCTI, propostas a serem apresentadas ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, responsável pelas questões relacionadas às carreiras no governo federal.

O Fórum apresentou propostas para ampliar a representação dos trabalhadores no processo. Entre elas estão a indicação, pela ASCT, dos representantes da administração central; a inclusão de vagas específicas para servidores das entidades vinculadas — CNEN, AEB e CNPq —; e a criação de mecanismos que permitam ouvir trabalhadores das carreiras lotados em órgãos externos ao MCTI. Além de reivindicar maior participação, as entidades manifestaram preocupação quanto à efetividade do novo grupo de trabalho. O alerta tem como referência a experiência do GT formado anteriormente pela Secretaria-Executiva com diretores de unidades de pesquisa e entidades vinculadas para discutir o PCI. Segundo o Fórum, as recomendações apresentadas por esse grupo não foram consideradas na definição do novo modelo do programa. Diante desse histórico, o Fórum defendeu que a participação dos servidores no debate sobre a reativação do Conselho do Plano de Carreiras não seja apenas formal e que as contribuições apresentadas ao GT sejam efetivamente consideradas na formulação das propostas sobre o futuro das carreiras de ciência e tecnologia.

Fórum cobra mais nomeações em concursos e solução para pendências nas unidades de pesquisa



A ampliação das nomeações nos concursos públicos do MCTI e de suas unidades voltou à pauta da Mesa Setorial de Negociação Permanente realizada em 19 de agosto. O Fórum de C&T cobrou medidas para garantir o maior número possível de convocações e informou que também busca apoio em outras instâncias do governo e no Congresso Nacional.

Segundo representantes do MCTI, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) ainda não autorizou o adicional de 25% de aprovados em três concursos que aguardam essa possibilidade: Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP).

A justificativa apresentada pelo MGI foi a falta de orçamento. O MCTI, por sua vez, argumentou que a medida teria baixo impacto

financeiro e envolveria um número reduzido de servidores.

De acordo com a informação apresentada na reunião, seriam 13 vagas no total. O ministério aguarda uma resposta.

Também permanece sem autorização o aproveitamento da totalidade dos cadastros de reserva dos concursos realizados pelas unidades de pesquisa do MCTI. O Fórum questionou a restrição e defendeu maior aproveitamento dos candidatos já aprovados. Mesmo diante das limitações impostas pelo período eleitoral, representantes do ministério informaram que continuarão trabalhando para que os pedidos possam ser atendidos após o fim do período de restrições.

O Fórum de C&T também informou que vem buscando apoio junto a outras áreas do governo e a parlamentares para ampliar as convocações.

Comitês de busca seguem pendentes

As entidades cobraram ainda uma solução para os comitês de busca destinados à escolha de diretores das unidades de pesquisa. Conforme informado na mesa, três instituições permanecem com o processo em atraso: Museu de Astronomia e Ciências Afins, Observatório Nacional e Instituto Nacional da Mata Atlântica.

Segundo a representação governamental, a questão está no gabinete da ministra, mas ainda não existe data definida para a nomeação dos comitês. O Fórum reiterou sua preocupação com a demora e cobrou a conclusão dos processos. Outros dois assuntos foram tratados na reunião: a reivindicação de uma vaga para o Fórum no Conselho de Ciência e Tecnologia e a simplificação dos procedimentos de autorização para viagens de servidores ao exterior.

Nos dois casos, o Fórum ficou responsável por encaminhar documentos ao MCTI detalhando as solicitações. As cobranças integram a atuação das entidades para ampliar a participação dos trabalhadores nas decisões e buscar melhores condições para o funcionamento das instituições de ciência e tecnologia.